

CONSIDERAÇÕES PARA UM DEBATE SOBRE O GOLPE DE 64

*Beatriz Ana Loner**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para atuar como debatedora¹ nesta mesa, dedicada ao estudo do Golpe de 64, pela ANPUH-RS e a oportunidade de debater com pesquisadores como Marcelo Ridenti e Celso Castro, que é sempre enriquecedora.

Em segundo, diria que essa mesa, muito mais que sobre o golpe de 64, é sobre a função e o papel do historiador. Na verdade, estamos trabalhando sempre com versões da história. Há muito sabemos, nós, historiadores, que não há como esconder os nossos interesses em alguns casos. Especialmente quando se trabalha com o passado recente - e o passado político de uma nação - isso é ainda mais difícil e complicado. Porque se torna praticamente impossível impedir que questões ou interesses diversos projetem suas sombras sobre cada momento analisado. O caso do golpe de estado de 1964 e seus desdobramentos é mais do que típico disso.

Escutamos aqui versões - e fragmentos de versões - embora já limpas e passadas pelo crivo dos métodos históricos, de duas das personagens principais da ditadura militar: os militares e a esquerda brasileira. Um deles praticamente ocupou toda a cena e exigiu a redefinição dos demais atores sociais a respeito de sua participação e sua reorientação da sociedade. O outro, embora ausente, na maior parte do tempo, da política institucional do país, primou pela presença de seu espectro, sempre levantado ao longo do período como justificativa preferencial para as medidas de exceção.

Celso Castro trabalhou com história oral de militares brasileiros, praticamente acompanhando a geração que participou,

* Professora Doutora do Depto. de História e Antropologia/UFPel.

E-mail: loner@ufpel.edu.br

¹ O fato de atuar apenas como debatedora, e dos colegas de mesa não disponibilizarem seus textos, prejudica um pouco a compreensão do debate, pelo que trouxe, do texto original, apenas algumas reflexões sobre a atuação do historiador que lida com realidades contemporâneas.

ainda ocupando postos menores, no deflagrar do golpe militar, mas esteve em postos importantes, vários deles em situação de mando frente aos órgãos de repressão durante a ditadura, acompanhando seu declínio ainda como agentes políticos relevantes dentro do exército. Assim, ele nos traz não só a versão dos militares, mas especialmente a frustração que acomete boa parte dos entrevistados, em relação à forma como os episódios referentes à ditadura militar foram vistos pela sociedade. Eles se sentem injustiçados pela imprensa e pela opinião pública, com muitos tendo a impressão de que a versão que passou para a história foi a dos vencidos e não a deles, vencedores. Alguns estão indignados com a chamada sociedade civil, porque se sentem usados: foram chamados para vencer os radicais e depois, foram acusados por tudo o que aconteceu, com a sociedade lavando as mãos e omitindo que lhes passou um mandato para atuar naquele momento. Em suas vozes, perpassa o rancor pela imagem que deles se fixou na sociedade, ao mesmo tempo que a surpresa em ainda serem considerados os únicos responsáveis pela ditadura e tudo que se seguiu.

Essa situação nos remete a um conjunto de questões, que dizem respeito à responsabilidade concreta pelo que aconteceu em nosso país, naqueles anos. Ela é muito mais complexa do que a simples busca de um culpado e não é interessante que o processo seja tão simplificado, em seu entendimento, que a responsabilidade por ele seja deixado apenas a um setor social, convenientemente se "esquecendo" a participação de vários outros setores e classes sociais nesse processo.

Um dos grandes problemas de quando se põe em marcha um processo de "conciliação nacional", normalmente ao final de períodos autoritários ou traumáticos na vida de um país, é que ele termina beneficiando setores que podem ter perdido temporariamente o poder, mas não se arrependem do que fizeram e continuam como atores políticos importantes, influenciando os desdobramentos do processo democrático que os defenestrou e isentou, pelo mecanismo do "esquecimento" da sua parcela de culpa no regime anterior.

Isso foi feito no Brasil no período da redemocratização e, ao não aclarar o processo do golpe, de seus apoiadores e beneficiários, deixou-se o caminho livre para que aconteça o que está ocorrendo agora: o ressurgimento de visões essencialmente conservadoras sobre 64, justamente com a colaboração de setores, grupos ou

instituições que ainda não vieram explicar-se perante a sociedade pela sua participação e contribuição para que ele ocorresse.

Isso também implica em responsabilidade por um dos aspectos mais odiosos da ditadura: a questão da tortura, o que levanta várias questões morais sobre a justificativa de seu uso e sobre as responsabilidades de sua institucionalização no país durante o período militar, como meio de coação física e psicológica, não só sobre os militantes, mas para o conjunto da população, estabelecendo também através dela o terror do estado e consolidando o aparato repressivo em níveis nunca suplantados nesse país.

Os militares entrevistados por Celso Castro e outros pesquisadores, buscam, ou omitir, ou negar sua participação nas torturas, freqüentemente recorrendo à figura do cumprimento de ordens, ou então, no caso de altas autoridades, alegando desconhecimento do que se passava. Mesmo assim, alguns entrevistados se traem em detalhes-chave, demonstrando maior conhecimento sobre sua prática do que seria possível para quem diz não saber de sua existência. Essas entrevistas com membros do exército, bem posicionados na estrutura de mando militar e do governo, cumprem um importante papel na historiografia brasileira, como meio de confrontar versões e posições a respeito da tortura e seu uso naquele período. E traz, a cada um de nós a reflexão sobre como deve ser encarada a responsabilidade por estas práticas infamantes, coletiva e individualmente.

Quanto a Marcelo Ridenti, ele nos traz uma reflexão interessantíssima sobre a apropriação do que aconteceu em 64, dentro do contexto de esquerda, a partir de duas visões: a primeira, que tenta reduzir tudo à questão da falta de espaço político na sociedade para uma oposição, o que teria levado facções da esquerda à luta armada, no sentido de garantir a democracia, e a segunda visão, aquela em que, na ânsia de desmistificar essa pretensa vocação democrática “desde pequenina” da esquerda brasileira, termina com o pesquisador/depoente excedendo-se em palavras e jogando água no moinho da leitura do golpe pela direita.

A primeira versão é situada junto a políticos atuais, com passado de esquerda e que tentam justificar suas ações de ontem, a partir dos seus interesses de hoje, buscando apresentar-se como atores comprometidos, no passado e no presente, com a preservação da democracia, palavra que, da forma como é utilizada

nestes casos, é igualada a governo legalmente constituído. Contraopondo-se a essa, a outra versão informa que a maior parte dos grupos não queria realmente a democracia burguesa e lutava pelo socialismo. Essa, segundo Marcelo, reúne inclusive insuspeitos intelectuais de esquerda, que passaram pela experiência de luta armada – e sua condição de testemunha legitimaria ainda mais as suas palavras, perante qualquer audiência. Esse tipo de comportamento parece estar sujeito à idéia de que esses intelectuais não desistiram de participar do processo político, fizeram uma autocrítica dos erros daquele período, e se consideraram com plena liberdade (e, no caso, autoridade direta) para vocalizar sua versão da atuação e dos objetivos da esquerda naquele momento. Aqui, o objetivo não é se adequar ao perfil dos novos políticos exigidos pelas instituições parlamentares atuais, mas influenciar as novas gerações e conquistar público à esquerda, dentro das suas respectivas estratégias acadêmico-políticas.

Só que, obviamente, isso repercute na direita, pois ninguém vive ou faz política em uma redoma de vidro, portanto, as informações fluem e, como Marcelo bem demonstrou, rapidamente chegam aos ouvidos de quem pode fazer uso dessas versões diferenciadamente. Assim, o problema não é tanto o que eles dizem, nesse segundo caso, mas o aproveitamento político que setores da sociedade que também tiveram implicações no golpe, estão fazendo disso, utilizando suas palavras como comprovadoras de que a ditadura foi, na verdade, um mal menor, frente ao que aconteceria se os militares não intervissem, dando um basta à situação. Como é natural, boa parte desse aproveitamento vem da imprensa, um dos setores que mais apoiou o golpe em 64, de redes de comunicação que ficaram fiéis aos governos militares, crescendo e aproveitando-se dessa companhia durante toda a ditadura e, agora, como passaram incólumes pelo processo de redemocratização, vem tentar novamente justificar sua atuação anterior. Ele mesmo relembra como suas próprias palavras, descontextualizadas, serviram para levar água a esse moinho, nas páginas de O Globo.

Isso nos remete, como sempre, a questão do nosso papel como historiadores, ao lidar com momentos tão carregados de implicações e significados como o golpe e o regime militar. Significações que tiveram uma notável atualização com a vitória do PT a presidência.

Das quatro campanhas de Lula à presidência da República, em três delas agitou-se a bandeira do anticomunismo e o medo que 64 fosse repetido. Isso foi muito eficaz, ocasionando a perda consecutiva de cada eleição por esse partido, mesmo que, progressivamente, seu programa fosse encolhendo na parte das transformações sociais previstas para a sociedade. Na última eleição, com um programa convenientemente metamorfoseado, recolheu-se o fantasma de 64 até a vitória. Tentativas de agitá-lo e utilizá-lo politicamente, como Regina Duarte o fez, caíram no desagrado geral. No episódio, apenas discutiu-se o direito de Regina a liberdade de expressão e a deselegância de Lula, em sua resposta.

Contudo, parece-me que, depois da vitória, o fantasma de 64 voltou a rondar a cena política, não mais para impressionar os eleitores ou aplicado ao presidente vitorioso, mas para calar inconformismos em outros setores, que não aceitavam tão tranqüilamente a rápida adequação ao modelo neo-liberal de um governo, que, teoricamente deveria romper com elas. Houve a não-mudança, a não-transformação. As reformas pelas quais se passa agora, no Brasil, estão muito longe de serem aquelas pedidas pelos setores que, historicamente defenderam a candidatura do atual presidente, parecendo haver então, uma quase inversão de programa. Se, em 64, as reformas de base tinham uma clara conotação à esquerda, as de agora não negam sua origem de direita e, freqüentemente, sua imposição por agentes externos, não mais a Cia. e a Casa Branca, mas o FMI e a OMC, entre outros.

Então, se é necessário calar os setores mais comprometidos com as mudanças de rumo, e que estão, ainda, muito próximos ao governo, é natural que se levantem questões como esta, sobre a atuação da esquerda, enfocando 64, mas na verdade pensando em 2004: da sua vocação autoritária (ao não lutarem pela volta da democracia); de sua posição de fora do sistema (não queriam restaurá-la, na verdade objetivavam destruí-la) e, especialmente dos males que sua radicalidade (e irresponsabilidade) trouxeram ao país naquele momento.

Assim, a principal questão apresentada para debate é: exatamente qual a função do historiador nesse contexto? É lícito a nós, historiadores, a maioria com posições críticas sobre a ditadura militar e muitos comprometidos com propostas políticas consideradas progressistas, discutir internamente essas questões, sobre o

comportamento e motivações de quem foi para a luta armada, quando a esquerda está sob ataque? Ou seria melhor deixar essa discussão para depois, quando essa discussão puder efetivamente reduzir-se apenas a sua dimensão acadêmica? Mas então, de que valerá essa discussão? Para que retornar a um passado que nada mais representa para o presente, sendo seu conhecimento apenas uma curiosidade a satisfazer mentes cultas?

E outra pergunta correlata impõe-se: E quando a versão historiográfica do golpe de 64 poderá realmente incorporar uma análise crítica da irresponsabilidade e do vanguardismo de certos setores, sem que isso seja utilizado para legitimar a arbitrariedade e a desestabilização de um governo democrático, ou as práticas vergonhosas e anti-humanas da tortura?

A resposta, que é meio óbvia, é nunca. Como o processo histórico nunca termina, ele sempre colocará questões que provocarão um enfrentamento de posições, ora mais radicais, ora mais conservadoras, na sociedade. E sempre haverá aqueles que, buscarão no passado situações assemelhadas, para tentar justificar suas pretensões e suas escolhas recentes. Ou, pior, para tentar agitar, frente aos olhos da opinião pública, na disputa por votos ou influência, a possível ameaça em se levar adiante alguma transformação, mesmo que não radical. Qualquer transformação, normalmente não é bem vinda junto à elite conservadora desse país. São bem conhecidas as justificativas contra a Lei do Ventre Livre, apresentadas pelos deputados conservadores na Assembléia, que apontavam como seu resultado imediato a dissolução da sociedade e da família brasileira². Então, não adianta esperar momentos mais ou menos propícios, sob pena de não se prosseguir a investigação histórica.

Mas a situação de ex-guerrilheiros e outros que, agora, parecem colocar-se numa posição de ataque contra suas próprias idéias e ações naquele momento, não deixa de ser curiosa e, paradoxalmente, reflete a própria profundidade do pensamento da esquerda. Pois é um processo que vai muito além de uma autocrítica, porque inclui um testemunho insuspeito de alguém que sofreu com o regime militar e de repente, em determinado mas significativo e importante detalhe, comunga a mesma visão da ditadura: a repressão foi necessária pois estava em curso uma

² COSTA, Emília . *Da senzala a colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

guerra revolucionária destinada a instalar um regime comunista no Brasil.

Se é óbvio que as pessoas tem direito de dizer o que pensam de sua atuação passada, ou de criticar a atuação dos demais, por outro lado, parece-me que também não podemos ser ingênuos em não observarmos que a função autocrítica é normalmente feita apenas pela esquerda e os assim chamados setores populares, muitas vezes, inclusive, com extrema virulência e rigor. Os grandes setores envolvidos com a repressão, tanto civis quanto militares, não parecem ter feito uma contrição sincera de seus erros e muito menos tem vontade de fazê-la. Este é um fato que temos que considerar em nossos trabalhos, sob pena de auxiliar a construir uma imagem por demais negativa da posição dos grupos de esquerda naquele momento, visão esta que pode dissolver ou embaralhar a percepção sobre quais foram os verdadeiros responsáveis pela instituição e consolidação de um estado ditatorial no Brasil durante mais de 20 anos.

A forma como a anistia foi feita, sem cobranças do passado, “sem o espírito de vingança”, como diziam os jornais da época, “para pacificar o povo e a nação”, terminou se voltando contra as próprias vítimas do processo. Antes, não se devia cobrar para não ser taxados de revanchista. Agora, que os setores que deram e/ou apoiaram/aproveitaram o golpe, já perderam o medo de eventuais retaliações, e estão em ofensiva, cobrando o posicionamento dos setores de esquerda naquele momento, o que devemos fazer como historiadores? Tentar distanciar-se dos dois lados, com uma atitude neutra, não só é inviável, mas terminará fatalmente privilegiando o lado vencedor em 1964. Dizer que agora eles estão sendo revanchistas? Eles não vão se preocupar nem um pouco com isso. Continuam a defender o mesmo projeto histórico que sempre defenderam, apenas com maior agressividade e novos argumentos, embalados ainda pelos efeitos da ideologia neo-liberal e pelas transformações conservadoras que o mundo passou nos últimos 30 anos.

Para quem leu, no livro de Dreifuss³, o capítulo sobre a luta ideológica do IPES contra o pensamento de esquerda, combatido pelo pensamento liberal, com uma ofensiva no setor intelectual e nos meios de comunicação, nada disso surpreende, pois pode ser

³ DREIFUSS, René. *1964: a conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

entendido como apenas mais um capítulo daquela luta, apenas em outro contexto. E essa disputa ideológica, presente na sociedade, ainda perpassa muitas atividades acadêmicas, embora de modo menos evidente que em outros momentos. Querendo ou não, quem trabalha/leciona/pesquisa acontecimentos recentes, anda sobre território minado. E tem que ter claro, em seu posicionamento, que o resultado de seus estudos, sua atividade acadêmica, pode ser reinterpretada de diferentes formas, dependendo de como seja apropriada – e por quem. Além disso, é necessário medir o exato poder de força de cada ator, nessa nova etapa. Cada livro acadêmico, cada palestra, cada aula, tem um escasso poder de fogo, frente aos jornais, as redes de televisão e os livros de milhares de exemplares de pesquisadores/jornalistas favorecidos pela mídia. E é nessas condições que produzimos história, no seu verdadeiro duplo sentido.